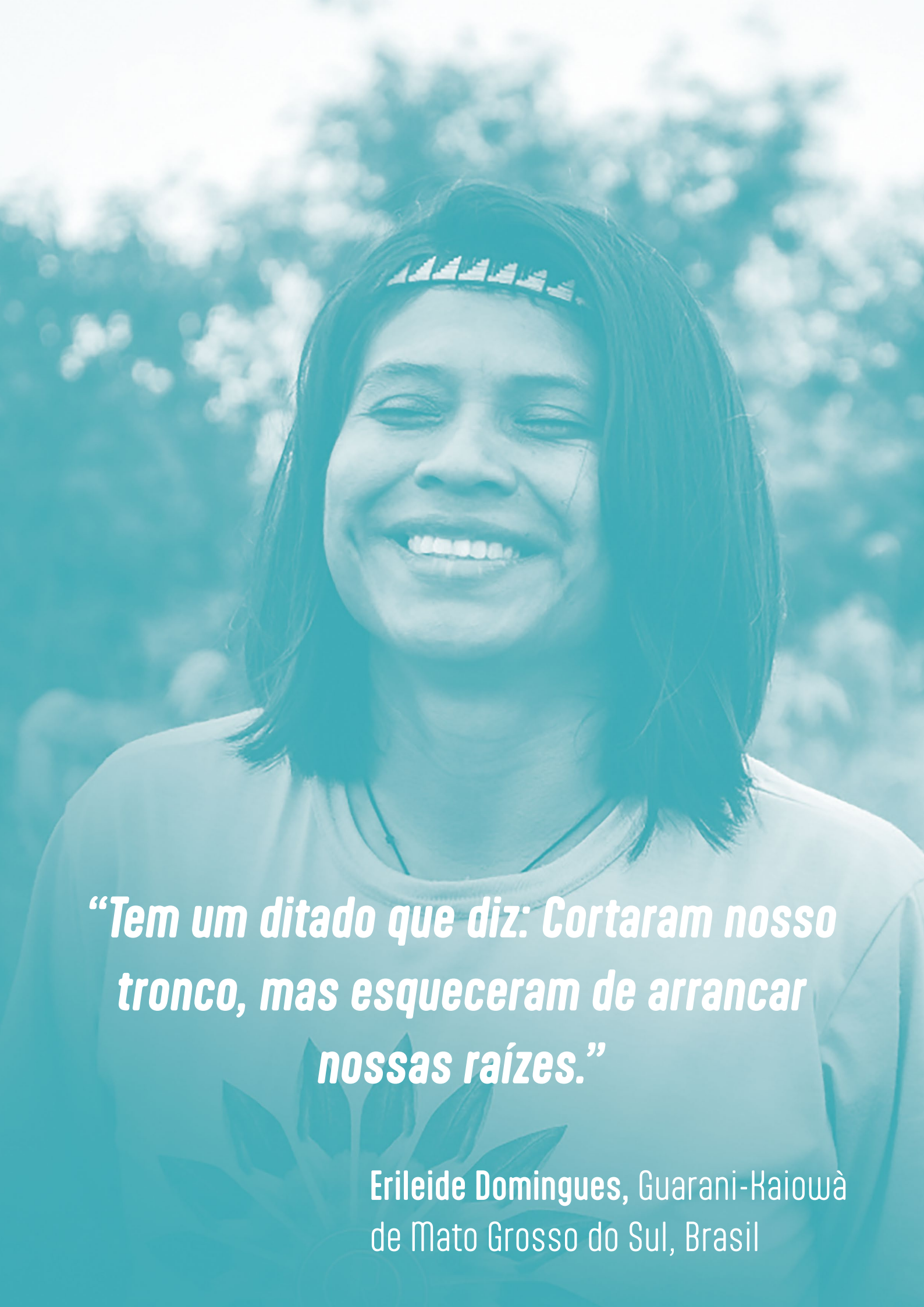


**Comunidades da
Argentina, Brasil e
Paraguai oferecem
suas perspectivas
sobre o Acordo de
Livre Comércio entre
a União Europeia
e o Mercosul**

Não é só sobre comércio

FEVEREIRO DE 2023



“Tem um ditado que diz: Cortaram nosso tronco, mas esqueceram de arrancar nossas raízes.”


**Erileide Domingues, Guarani-Kaiowà
de Mato Grosso do Sul, Brasil**

O Acordo de Livre Comércio entre a União Europeia e o Mercosul (acordo UE-Mercosul) consiste em um tratado de livre comércio entre a União Europeia (UE) e o Mercosul (bloco composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai). As partes chegaram a um acordo “de princípio” em 2019, mas, desde então, as negociações para a ratificação do tratado não avançaram. Com os incêndios desenfreados na Amazônia e o desmantelamento ordenado dos sistemas de proteção ambiental, de direitos humanos e de direitos fundiários promovido pelo governo brasileiro de Bolsonaro, o acordo chegou a um impasse.

No fim de outubro de 2022, os brasileiros votaram pelo fim do governo Bolsonaro, elegendo Luiz Inácio Lula da Silva como novo Presidente. Durante a campanha presidencial, Lula afirmou que seu governo priorizaria a proteção ambiental, a justiça social e o fortalecimento da democracia. Os defensores do acordo UE-Mercosul estão esperançosos de que a eleição de Lula possibilite a retomada das negociações. A despeito de quem esteja na presidência do país, porém, o teor do acordo continua problemático. Além de colocar em risco os esforços em prol de uma agricultura sustentável ou de baixo carbono no Mercosul, o instrumento continua a prever o comércio internacional de commodities agrícolas que causam desmatamento (geralmente ilegal). Este

Comunidades indígenas, tradicionais e quilombolas do Brasil, do Paraguai e da Argentina têm algo a dizer...

É hora de ouvir.



comércio internacional tem sido associado à destruição contínua da floresta amazônica e de outros biomas preciosos, entre os quais o Cerrado, bem como a ameaças, intimidações, assassinatos e invasões violentas de terras que têm como alvo comunidades indígenas, tradicionais e quilombolas (afro-brasileiras) em toda a região do Mercosul.

Não obstante, essas comunidades não tiveram suas vozes ouvidas no processo de negociação e elaboração do acordo. Embora o tratado afete suas vidas, terras e segurança, os membros das comunidades não participaram formalmente da definição de seus termos.

Este documento resume os principais temas abordados em uma série de consultas e entrevistas sobre o acordo UE-Mercosul com representantes de organizações

locais, coletivos e comunidades indígenas e tradicionais do Brasil, da Argentina e do Paraguai. Ele oferece informações valiosas sobre as perspectivas e preocupações dos membros de comunidades do Mercosul.

Consultas e entrevistas

Entre julho e agosto de 2022, o Instituto Socioambiental (ISA) e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) realizaram três consultas com representantes de organizações e coletivos do Brasil, da Argentina e do Paraguai. Os eventos contaram com a participação de representantes de povos indígenas, comunidades tradicionais e organizações de agricultura familiar, além de outras organizações da sociedade civil.

Cada encontro foi uma oportunidade de discutir e compartilhar informações sobre o acordo UE-Mercosul. Os participantes falaram sobre o que entendiam ser o acordo e expuseram suas expectativas e receios.

Em outubro de 2022, o IPAM organizou uma série de entrevistas no âmbito do projeto Amazoniar, nas quais importantes lideranças comunitárias debateram suas perspectivas sobre o acordo. Todas as citações deste documento foram retiradas diretamente dessas conversas. O texto oferece o contexto e reflete as opiniões gerais expressadas durante os debates.

No total, 22 pessoas de 20 organizações locais participaram dos encontros e seis pessoas foram entrevistadas de forma mais aprofundada. A lista completa de participantes pode ser encontrada na tabela ao fim deste documento.



O contexto é essencial. Ele lança luz sobre os possíveis impactos indiretos do acordo comercial.

Caso se materialize, o acordo UE-Mercosul não operará de forma isolada. Todos os países da União Europeia e do Mercosul têm dinâmicas comerciais, agrícolas, ambientais e sociais complexas.

As comunidades indígenas e tradicionais da região do Mercosul enfrentam inúmeros desafios, ameaças e injustiças, e possuem um longo histórico de tentar se articular em espaços legislativos e políticos para melhorar suas condições. Durante todo esse tempo, essas comunidades já viram na prática que regras “no papel” não garantem proteção no mundo real. É impossível compreender as posturas em relação ao acordo sem entender um pouco dos contextos nos quais ele será implementado.

O acordo UE-Mercosul não leva suficientemente em conta esses contextos, sobretudo se considerarmos que ele pode ser indiretamente responsável pelo aumento do desmatamento e da grilagem de terras. O contexto ajuda a destacar o motivo pelo qual suas salvaguardas são insuficientes, por que o nível de confiança é baixo e por que promover uma participação significativa é mais fácil na teoria do que na prática.



Ana Romero, membro da União da Juventude Indígena do Paraguai

“Dois companheiros [foram] mortos ontem em um confronto criminoso em uma aldeia indígena onde dois irmãos foram assassinados. Um líder religioso e um jovem. E uma semana antes, fomos alvo de uma violenta ação de despejo (...). Nos últimos dois anos, tentaram nos exterminar, com muita violência, muitas desapropriações de terra, destruição e criminalização de lideranças. (...) Há todo um conjunto de regulamentos e normas para nos proteger, mas eles não servem para nada. A lei existe. As normas existem. Também existem várias recomendações que fizemos à comunidade internacional e que esta fez ao Paraguai (...). É essencialmente uma questão de vontade política do Estado e da comunidade internacional.”

**Erleide Domingues, Guarani-Kaiowà
de Mato Grosso do Sul, Brasil**

“Nós só queremos nossa terra demarcada, garantida e respeitada pelo próprio governo brasileiro. Somos chamados de invasores. Mas quem são os verdadeiros invasores? Não cruzamos o mar, não viemos de outros países. Eles é que são os invasores, e nós os chamamos assim. (...) Tem um ditado que diz: Cortaram nosso tronco, mas esqueceram de arrancar nossas raízes. (...) [Muitos anti-indígenas] dizem: ‘Para que os índios querem mais terra?’. Olha, criaram uma CPI [comissão parlamentar de inquérito], colocaram os indígenas em uma pocilga, vamos dizer, fizeram eles de animais, sustentaram eles com cestas básicas, eles se sustentaram com os alimentos que eles mesmos produziam (...). Com o tempo, os indígenas se cansaram. Ficaram cansados de viver assim, de serem saqueados, de serem dominados pelos brancos.

O que impacta muito as comunidades indígenas, além [da expansão] das lavouras, são os agrotóxicos. Além dos pesticidas, tem a questão dos insetos que fogem para os povoados. E, dentro disso, temos a falta de produção de alimentos e a escassez. E é escassez de tudo: de saúde, de alimentos, a propagação de doenças e assim por diante. (...) Está lá no papel que os aviões devem [lançar os pesticidas] a uma distância mínima de 500 metros [das comunidades], mas isso não é respeitado.”



**Júlio Barbosa,
presidente do Conselho
Nacional das Populações
Extrativistas, Brasil**

“Vocês e nós sabemos que [o governo Bolsonaro priorizou] a eliminação da participação da sociedade civil em qualquer tomada de decisão. Por exemplo, o Conselho Nacional do Meio Ambiente, CONAMA e outros conselhos. Na verdade, esses conselhos (...) foram praticamente extintos. Se eles não existem, não adianta.”

¹ Durante a pandemia de Covid, foi instaurada uma CPI para investigar a negligência do governo federal no tratamento da pandemia. Povos indígenas enviaram um relatório acusando o governo de genocídio contra a população indígena, mas o documento foi ignorado pela CPI.

Ana Paula Santos Souza, membro da comunidade agrícola de Altamira e professora da Universidade Federal do Pará, Brasil

“Às vezes eu brinco dizendo que, na Amazônia, combater as atividades ilegais já era um grande desafio, mas combater as legais é um desafio ainda maior. Como o desmatamento legal. Não conheço nenhuma plantação de soja que seja ilegal. Pode ser imoral, mas não é ilegal. O garimpo também é uma atividade legal, as madeiras vendem madeira legalizada (...). O que é legal também destrói.”

Hátia Penha, membro da Comunidade Quilombola Divino Espírito Santo e da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos, Brasil

“Essas pessoas precisam saber. O que elas estão consumindo do Brasil vem de terras de sacrifício. (...) Muitas pessoas morreram e várias outras estão morrendo por causa da ganância do desenvolvimento desenfreado. (...) Você está comendo a melhor carne, mas está deixando terras completamente devastadas com a expulsão de pessoas que não têm casa, escolas ou postos de saúde.”




Sergio Rojas, membro do povo Qom/Tobas e do Conselho Nacional de Mulheres Indígenas do Chaco, Argentina

“A impressão que tenho é que as empresas só pensam em dinheiro e não ligam para o fato de que esses recursos naturais estão acabando. (...) Em nossa língua, não existe o conceito de propriedade privada. Como posso explicar a um ocidental, a um executivo, a um investidor, que não pensamos em propriedade privada.”

**Um acordo que não leva
plenamente em conta a
diversidade dos povos
do Mercosul é ilegítimo e
contraprodutivo.**

Vários participantes das consultas afirmaram que algumas disposições do acordo UE-Mercosul parecem ser incompatíveis com os objetivos ambientais, inclusive as ambições da própria União Europeia de eliminar a importação de produtos oriundos de desmatamento. Um acordo positivo reconheceria a diversidade de vidas e meios de subsistência em todo o Mercosul e procuraria apoiar quem estivesse alinhado a imperativos sociais e ambientais mais amplos.

A close-up portrait of Kátia Penha, a woman with dark skin and long, dark braids. She is wearing black-rimmed glasses and a light-colored top. The background is a soft-focus green, suggesting an outdoor setting with foliage. The entire image has a green color overlay.

Kátia Penha, membro da
Comunidade Quilombola Divino
Espírito Santo e da Coordenação
Nacional de Articulação de
Quilombos, Brasil

***“Quando uma árvore é derrubada, milhares
e milhares de gerações caem com ela.”***

Kátia Penha, membro da Comunidade Quilombola Divino Espírito Santo e da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos, Brasil

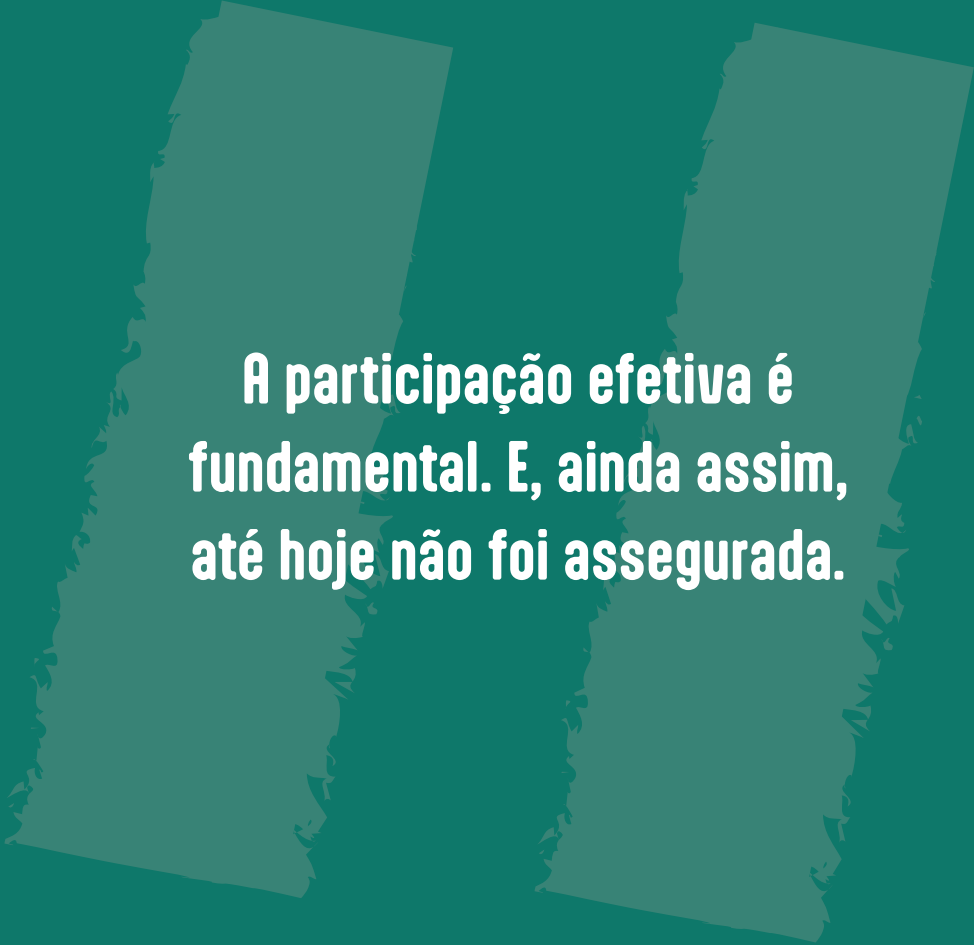
“Há duas coisas muito sérias no Brasil. Uma é vender produtos para outros países e deixar o povo passando fome em seu próprio país. É uma questão muito séria. As lavouras de cana não geram trabalho. É a agricultura familiar que promove trabalho (...). A agricultura familiar alimenta [o povo brasileiro] (...). O mercado europeu precisa entender que, para os brasileiros, como está [no acordo] não tem como continuar. Como vamos exportar carne se estamos passando fome?”

Ana Paula Santos Souza, Comunidade agrícola de Altamira, Brasil

“É preciso pensar que aqui também existem pequenos agricultores, povos ribeirinhos (...). Também existe o agronegócio estabelecido, as grandes fazendas (...). Os investimentos são sempre muito baseados nos produtos e não nas pessoas. É sempre um investimento em soja, em garimpo, em não sei o quê, e ninguém pergunta quem são as pessoas que vivem nesses lugares. (...) Essa diversidade de pessoas também se estende para a diversidade de produtos, de iniciativas. [Um acordo de comércio legítimo] precisa levar isso em conta.”

Ana Romero, membro da União da Juventude Indígena do Paraguai

“O Mercosul gira essencialmente em torno do livre comércio agora, mas dentro do comércio livre existem outras variáveis, outras abordagens, como o território e as populações vulneráveis, como é o caso dos povos indígenas (...)”



A participação efetiva é fundamental. E, ainda assim, até hoje não foi assegurada.

Em todas as consultas, os participantes demonstraram interesse e vontade de participar das próximas etapas do acordo, se e quando ele avançar. Isso não significa que eles apoiam ou aceitam o teor do tratado – a maioria não apoia. Algumas pessoas enfatizaram que deveriam ter participado das negociações mais cedo, pois é difícil introduzir mudanças em um acordo cujos termos já foram, em grande medida, estabelecidos. Se as comunidades indígenas e tradicionais não participam desde o início, suas necessidades e opiniões ficam em segundo plano e não são devidamente levadas em conta. Seja qual for o futuro do acordo comercial, os membros das comunidades querem dar suas opiniões e perspectivas e fazer parte do processo. Como serão afetados pelo acordo, eles precisam ser ouvidos.

“Como negociar o inegociável?”

Kátia Penha, membro da
Comunidade Quilombola Divino
Espírito Santo e da Coordenação
Nacional de Articulação de
Quilombos, Brasil



Sergio Rojas, membro do povo Qom/Tobas e do Conselho Nacional de Mulheres Indígenas do Chaco, Argentina

“Eu gostaria que houvesse uma mesa de negociação clara, onde as comunidades indígenas participassem diretamente das conversas.”

Kátia Penha, membro da Comunidade Quilombola Divino Espírito Santo

“Precisamos fazer parte do processo. Nunca teremos a caneta em nossas mãos (...), mas pelo menos faremos as pessoas que usarão a caneta pensar, refletir e enxergar o outro lado. Então, é preciso primeiro ter um processo de governança, de salvaguarda. O povo precisa participar do processo de governança (...). Algumas coisas precisam ser salvaguardadas. Não dá para sair vendendo tudo. Como negociar o inegociável? (...) Por que criar algo simplesmente para dizer que estamos sendo ouvidos? (...) Agora, se pudermos participar efetivamente das discussões, [com] o poder de dizer o que não aceitamos, sabendo que isso modificará o acordo, então sim, valerá [a pena]. (...) Assim teremos um acordo justo e equilibrado e uma governança justa.”

Ana Romero, membro da União da Juventude Indígena do Paraguai

“É extremamente importante que as nossas vozes estejam presentes nos acordos. Somos violentamente afetados pelas políticas e visões deles [UE e Mercosul] (...) e praticamente não podemos mais apresentar propostas relativas a nossos conhecimentos e práticas ancestrais, já que estão nos expulsando e desapropriando nossas terras pelas nossas costas. (...) É preciso que haja diálogo, acordo, consenso e garantias necessárias para o nosso povo. Nosso presente e nosso futuro dependem disso..”

Julio Barbosa, membro de Conselho Nacional das Populações Extrativistas, Brasil

“Quem quer que seja responsável pelas negociações precisa entender a importância de garantir a participação da sociedade civil e, principalmente, dos povos da Amazônia (...). Gostaria muito que os negociadores deste acordo não só ouvissem o que essas pessoas têm a dizer, mas também abrissem espaços para que elas opinem nas discussões e mesas de negociação..”

Julio Barbosa, membro do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, Brasil

“Sabemos que todos os acordos firmados até agora não levaram em consideração os povos nativos, seja da Amazônia brasileira ou da região do Mercosul como um todo. Por isso, acredito que nosso maior desafio seja, antes de tudo, entender (...). O que nos preocupa é que todos esses acordos sempre trazem muitos danos aos povos nativos da Amazônia.”

Sergio Rojas, membro do povo Qom/Tobas e do Conselho Nacional de Mulheres Indígenas do Chaco, Argentina

“Precisamos levar em conta a tradução desse projeto, com a lei, com as línguas indígenas. (...) Acho importantíssimo que as comunidades indígenas sejam informadas e assessoradas por técnicos e especialistas. Se as comunidades indígenas forem incluídas nas negociações (...), é essencial a presença de um especialista ou técnico com essas características, que possa colocar essas comunidades a par de tudo, e com base nisso, possamos tomar uma decisão. Para mim, o mais lógico é que as comunidades indígenas possam tomar uma decisão coletiva.”

Um observatório de monitoramento seria mais efetivo com o engajamento da comunidade.

Mesmo se o acordo atual, ilegítimo, for ratificado, será importante estabelecer sistemas de monitoramento robustos que contem com a participação ativa das comunidades. A sociedade civil brasileira tem o desejo de estabelecer um observatório de Direitos Humanos.

Comunidades e organizações defendem a ideia de monitorar e tentar influenciar tanto o conteúdo como a implementação do acordo comercial, se ratificado. E isso apesar de suas dúvidas e receios em relação ao acordo como um todo.

Também é importante monitorar os impactos do tratado. Alguns participantes das consultas fizeram questão de enfatizar que o monitoramento dos impactos deve abranger também os impactos indiretos, já que os vínculos entre comércio internacional, expansão agrícola, grilagem de terras e desmatamento, embora nem sempre diretos, são muito reais. Em um acordo legítimo, esses impactos indiretos também seriam levados em consideração e abordados no próprio texto. O monitoramento por meio de um observatório, por exemplo, seria mais eficaz se a sociedade civil e as comunidades participassem de forma efetiva. As atividades de monitoramento também devem ser vinculadas a sistemas de reparação. Algumas pessoas são céticas em relação a essas estruturas, considerando o significativo desequilíbrio de poder, mas estão dispostas a tentar.

***“Não é fácil uma
gestão conjunta [de
um acordo comercial]
envolvendo povos
indígenas e outros
grandes grupos.
Porém, há dois
aspectos importantes:
Não é impossível. E não
há outro caminho.”***



**Ana Paula Santos
Souza, membro
da Comunidade
agrícola de Altamira
e professora da
Universidade Federal
do Pará, Brasil**

Ana Paula Santos Souza, membro da Comunidade agrícola de Altamira, Brasil

“Se pensarmos em um investimento que leve em conta, aceite e respeite a diversidade das pessoas, compreenda e inclua a diversidade de iniciativas e produtos, o modelo de gestão também precisará ser diferente. Uma gestão conjunta. Não é fácil uma gestão conjunta envolvendo povos indígenas e outros grandes grupos. Porém, há dois aspectos importantes: não é impossível, e não há outro caminho..”

Ana Romero, membro da Juventude Indígena do Paraguai

“Acho que a observação também seria uma estratégia para nós. De nossa parte, participar da equipe de observadores também nos dará uma visão integral e intercultural. Então seria muito útil se participássemos dela, não é? Dali também poderemos fazer recomendações, e também poderíamos de alguma forma repensar situações políticas, econômicas, sociais. E, como indígenas, temos pessoas preparadas para isso.”

Sergio Rojas, membro do povo Qom/ Tobas e do Conselho Nacional de Mulheres Indígenas do Chaco, Argentina

“Eu acho que nós, como comunidades indígenas, e também a sociedade civil em geral, temos um papel a desempenhar (...) no monitoramento e controle para prevenir o descumprimento [dos compromissos de sustentabilidade] do acordo.

Porque isso acontece muito na América Latina. Uma empresa ou um acordo diz uma coisa e, no fim, acaba fazendo outra. Agora, eu não sei se as comunidades indígenas podem ser eficazes [nesse monitoramento], se isso pode realmente beneficiá-las [ou] se elas podem ser realmente eficazes nisso. Em outras palavras, tenho muitas dúvidas. Você não tem? (...) Geralmente, entendemos que um acordo sempre será favorável a quem tem mais dinheiro, certo?

[Contudo] eu acho que é indispensável que as comunidades indígenas participem de um órgão de supervisão. A participação das comunidades que vivem na terra é essencial porque são elas que conhecem o território e tudo o que existe lá. (...) Não sei quais regras poderíamos discutir para estabelecer um princípio de não violação [dos compromissos de sustentabilidade] do acordo e poder efetivamente cumpri-lo.”

Conclusões

As comunidades indígenas, tradicionais e quilombolas e as famílias de pequenos agricultores da região do Mercosul estão céticas quanto ao acordo UE-Mercosul. As consultas e entrevistas realizadas deixaram claro que parte delas duvida que o acordo será aprovado. Se implementado, a maioria dos participantes das consultas e entrevistas está descrente de que o acordo trará algum benefício para as comunidades ou para os biomas em que elas vivem. Uma das maiores preocupações dessas comunidades diz respeito aos impactos negativos indiretos que podem ser causados pelo acordo, com o agravamento das condições que promovem a grilagem de terras, o desmatamento e a expansão das fronteiras agrícolas.

Muitas comunidades do Mercosul lutam há muito tempo para resistir às invasões de terras e assassinatos e proteger a integridade dos biomas em que vivem. Durante todos esses anos de batalha, as pessoas passaram a ser mais céticas em relação ao poder das salvaguardas previstas “em papel” para impedir atrocidades no solo da floresta.

Os membros das comunidades que participaram das consultas e entrevistas também têm mensagens claras sobre como construir um acordo comercial verdadeiramente positivo.

Em primeiro lugar, pequenos agricultores e comunidades indígenas, tradicionais e quilombolas **precisam ser adequadamente informados** sobre as intenções de criar um acordo, os objetivos da negociação e os possíveis impactos e implicações para suas comunidades. Sem informações claras e compreensíveis, as comunidades não terão as ferramentas necessárias para participar de qualquer tipo de processo significativo de consulta ou tomada de decisões. Com informações claras e oportunas, as comunidades podem oferecer suas percepções e perspectivas próprias, contribuindo para a criação de instrumentos comerciais mais exitosos e equitativos.

Em segundo lugar, **as comunidades devem participar integralmente da negociação dos acordos comerciais.** Como serão afetadas, elas têm o direito de participar da construção do acordo. Além disso, um acordo desenvolvido com a participação efetiva das comunidades tem mais chances de refletir as diversas necessidades e prioridades de diferentes grupos. **O acordo resultante teria maior probabilidade de ser fundamentado em princípios que respeitem os direitos humanos e a proteção ambiental,** além de enfrentar menos hostilidade e oposição em sua implementação.

Em terceiro lugar, **as comunidades precisam desempenhar um papel de destaque no monitoramento da implementação do acordo comercial,** seja qual for sua forma de implementação. Isso se deve, principalmente, a três motivos.

- O monitoramento comunitário garantirá que o que é monitorado é relevante para a vida, a segurança e a subsistência das comunidades.

- As comunidades estão bem posicionadas para identificar impactos e infrações locais e podem oferecer provas valiosas da implementação, violação e impacto de um acordo comercial.
- Por fim, as comunidades devem ser capazes de usar essas provas para buscar reparação em caso de violação.

Foto de capa: Christian Braga / Farpa / CIDH

Foto página 13: Mídia NINJA

Photo página 20: Amazônia Real

Design gráfico : www.janemery.fr



Anexo - Participantes das consultas

Primeira consulta, 15 de julho de 2022

Organizações	País
Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola)	Brasil
Ekilibre Amazônia	Brasil
UNIVAJA (União dos Povos Indígenas do Vale do Javari)	Brasil
Conectas Direitos Humanos	Brasil
Rede de Promotores Indígenas do Paraguai	Paraguai
UJIP (União da Juventude Indígena do Paraguai)	Paraguai
Observatório de Protocolos Autônomos	Internacional
CONAMI (Conselho Nacional de Mulheres Indígenas da Argentina)/Povo Om/Tobas (comunidade indígena)	Argentina
Universidade de São Paulo	Brasil

Segunda consulta, 18 de Agosto de 2022

Povos indígenas e comunidades tradicionais

Organizações	País
Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola)	Brasil
Conectas Direitos Humanos	Brasil
CNS (Conselho Nacional das Populações Extrativistas)	Brasil
IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia)	Brasil
CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos)	Brasil
ISA (Instituto Socioambiental)	Brasil
Comunidade indígena do povo Pankararu / Universidade de Brasília	Brasil
NMG Advogados	Brasil
Vem de Áudio (podcast sobre a Amazônia)	Brasil
Povo Guarani Kaiowá (comunidade indígena)	Brasil

Terceira consulta, 19 de Agosto de 2022

Agricultura familiar

Organizações	País
STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais)	Brasil
FETACRE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre)	Brasil
IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia)	Brasil
INTA (Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária)	Argentina
Povo Wapichana (comunidade indígena)	Brasil

Ciclo de diálogos realizados no âmbito do projeto Amazoniar em outubro de 2022

- *Ana Paula Santos Souza, membro da comunidade agrícola de Altamira e professora da Universidade Federal do Pará, Brasil
- *Ana Romero, membro da União da Juventude Indígena do Paraguai
- *Erleide Domingues, membro do povo Guarani-Kaiowá de Mato Grosso do Sul, Brasil
- *Júlio Barbosa, presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, Brasil
- *Kátia Penha, membro da Comunidade Quilombola Divino Espírito Santo e da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos, Brasil.
- *Sergio Rojas, membro do povo Qom/Tobas e do Conselho Nacional de Mulheres Indígenas do Chaco, Argentina of Articulation of Quilombos, Brazil

“Um acordo que não considera totalmente a diversidade de populações em todo o Mercosul é ilegítimo e contraproducente..”

Este documento foi produzido com o apoio da European Climate Infrastructure and Environment Executive Agency (CINEA), da Norwegian Agency for Development Cooperation e da Open Society Foundations. As informações e opiniões apresentadas neste documento não refletem necessariamente as opiniões oficiais dessas instituições.

